

Constituinte de Sarney

Jornal de Brasília

vence 1º turno

Ad. João de Ulysses e Pimenta. Genoíno apontou falhas na convocação da Assembleia Constituinte

Ulysses vota pelo destaque e é aplaudido

Quando o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara e do PMDB votou ontem, por volta das 22h30, favoravelmente ao destaque da emenda Jorge Uequed, que prega anistia ampla, geral e irrestrita, o PMDB voltou a encontrar o brilho que costumava ter até passar a ser o partido do governo.

Depois de proferir seu voto, Ulysses foi cercado por mais de uma dezena de parlamentares peemedebistas que o aplaudiram e gritaram seu nome. O presidente do PMDB, contudo, minutos depois fez a ressalva de que votará pelo destaque, mas que se resguardava o direito de verificar o mérito da subemenda, pois iria examinar seu alcance.

Enquanto Ulysses fazia esta declaração, o líder do Governo e do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, reunia-se em seu gabinete, a portas fechadas, com o assessor parlamentar do Ministério do Exército, coronel Pellegrino.

O presidente da Câmara também preocupado com a repercussão do deferimento do pedido de destaque para a subemenda Uequed nas áreas mais sensíveis do Executivo, pediu para que a votação fosse suspensa para avaliar o alcance do pedido aprovado para a emenda Uequed.

O deputado José Genoíno, vice-líder do PT, ao constatar que a emenda Uequed havia sido colocada na pauta de votação, na forma de destaque, pediu o adiamento da sessão por 24 ou 48 horas.

Entre os peemedebistas o ato de rebeldia da bancada tanto na Câmara quanto no Senado votando contra o líder Pimenta da Veiga que se negou a aprovar o destaque para a emenda Uequed, foi saudada com júbilo e orgulho.

A maior parte dos deputados, como o deputado Ralph Biasi, acha que o "partido retomou essa noite a sua identidade". Por sua vez, o pernambucano Egidio Ferreira Lima afirmou que esse caminho já vinha sendo retomado há algum tempo. Para ele o país está sofrendo um processo revolucionário que supera as lideranças, e explicou que "revolução nem sempre é violenta. Ela pode ocorrer pacificamente".

O deputado Flávio Bierrembach, foi um dos poucos que não saudou o ato de rebeldia. Ele acha que foi fruto de uma incompetência muito grande da liderança partidária. Segundo, ele surgiram pressões monossilábicas, a respeito de fechamento do Congresso.

Além da revogada geral para os estados de origem, por causa da eleição municipal, pelo menos 80 deputados federais deverão viajar para o exterior, a partir de amanhã, após o esforço concentrado para a votação da mensagem do governo convocando a Assembleia Nacional Constituinte. Um grupo de quase 70 irá à Síria, seis outros viajam a Nova Iorque e um já foi para a Alemanha, todos eles a convite, sem ônus para a Câmara.

Pimenta aceita fazer supressões à proposta

O líder do PMDB e do Governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, tentou ontem, exaustivamente, até o início da noite obter junto às demais lideranças partidárias no Congresso, um acordo que culminasse na aprovação do substitutivo Giavarina com poucas alterações.

Na hora do almoço, quando ocorreu um intervalo nas sessões, o líder governista se reuniu, em pé, no plenário da Câmara, com os líderes do PDS, deputado Prisco Viana, do PFL, deputado José Lourenço, do PCB, deputado Alberto Goldmann, e do PMDB no Senado, senador Hélio Gueiros. Depois de ficarem debatendo a emenda por algum tempo, eles acabaram por concordar em promover algumas supressões.

Do artigo primeiro seria suprimida os termos "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", que teria a seguinte redação: "Art. 1º Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, reunir-se-ão, unilateralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional".

O artigo terceiro passaria a ser redigido: "Art. 3º A Constituição será promulgada, depois de aprovada, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte". Neste ponto seria retirado o prazo de fun-

cionamento da Constituinte que se preconizava ser "no curso da Primeira sessão Legislativa da 48ª Legislatura".

No ponto mais nevrálgico da emenda, a parte que trata da anistia, o parágrafo 1º do artigo 4º, teria nova redação. Se excluiria a palavra "ou conexos" do texto que concede anistia aos autores de crimes políticos ou conexos e aos dirigentes e representações de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política.

Seria suprimida, também, a expressão "pelo princípio de antiguidade", na concessão de promoções aos servidores civis e militares, na reserva ou aposentadoria, ao posto, cargo ou graduação a que teriam direito, se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividades, previstos nas leis e regulamentos vigentes".

Quanto ao artigo quinto que trata dos prazos de desincompatibilização, as mudanças efetuadas seriam as seguintes: os ministros de Estado só teriam de deixar seus cargos seis meses antes das eleições tenham eles mandato eletivo ou não. Além disso foi retirado o termo "de Estado" quando se fazia menção aos secretários, para que a medida também alcançasse os secretários municipais.

Líderes temiam rejeição

Mesmo com 438 deputados e 55 senadores no plenário, as lideranças do PMDB, PDS e PFL temiam a rejeição, ontem no início da noite do substitutivo Giavarina. O deputado Prisco Viana, líder pedessista na Câmara, confessou: "A situação está de vaca não conhecer bezerro".

O motivo da preocupação de Prisco era justo. Muitos deputados do seu partido, bem como alguns do PMDB e do PFL, pretendiam rejeitar a emenda da Comissão Mista do Congresso, caso não fossem procedida algumas modificações, que variavam em cada grupo.

Somados aos deputados do PT(5), PDT(22) e um senador, do PTB(14), os dissidentes dos três grandes partidos com assento no Congresso poderiam colocar em risco a aprovação da Constituinte, anistia e inelegibilidade.

No próprio PMDB, a dissidência apesar de não ser declarada na maioria dos casos, era pressentida nos rostos, nas declarações e posturas até mesmo de alguns vice-líderes. Um deles, o deputado Valmor de Lucca, disse na reunião do colegiado pela manhã que

era contrário à proposta de anistia. Como ele, outros vice-líderes confessavam o fato abertamente.

O líder do PMDB no Senado, senador Hélio Gueiros (PA), reconhecia que a situação "tinha alguns complicadores", e citou como exemplo que como a Aliança Democrática não possui os dois terços dos parlamentares necessários à aprovação de uma emenda constitucional, teve de se aliar ao PDS.

O deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, dizia no início da tarde, que os problemas mais graves para a aprovação do substitutivo Giavarina já haviam sido ultrapassados. Mas um jornalista perguntou sobre a posição de um grupo do seu partido que se opunha à Constituinte congressual. Ele respondeu irritado: "Um grupo não. Os deputados Humberto Souto e José Machado".

Contudo, contrário à sua previsão, Souto e Machado, reuniram-se um pouco mais tarde com outros dez deputados da Frente Liberal, para formarem um bloco e se operem à Constituinte formada pelos membros do Congresso.

O Congresso Nacional aprovou ontem, em reunião que durou cerca de 14 horas, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, integrada apenas pelos deputados e senadores eleitos em 86. O substitutivo do deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR), que na verdade preserva a essência da emenda enviada ao Legislativo pelo presidente da República, José Sarney, recebeu 319 votos a favor na Câmara dos Deputados e 60 contra. No Senado Federal, foram 50 votos favoráveis e apenas um contra, do senador Jaison Barreto (PMDB-SC), em votação de primeiro turno.

Logo após a votação do substitutivo, foi iniciada a votação dos destaques — matérias em separado, suspensas por falta de quorum. Dentre estas estava a proposta do deputado Jorge Uequed que amplia a anistia aos servidores civis e militares punidos em 64. A aprovação do requerimento deste destaque se fez à revelia do líder do PMDB, Pimenta da Veiga, que votou contra, enquanto o próprio presidente do partido, Ulysses Guimarães, deu o seu voto a favor.

Manobra

Quando o substitutivo começou a ser votado, já estava configurada sua suspensão para suspender a votação dos destaques. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (RA), comentava ao pé do ouvido, com alguns deputados de sua bancada: "Depois do substitutivo, nós vamos é dormir". O vice-líder Inocêncio Oliveira (PE) confirmou a intenção de suspender a votação dos destaques, mas a classificava como manobra "puramente regimental", sem qualquer "interferência extraparlamentar".

Desmentia, desta forma, burburinho no sentido de que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, havia recebido um telefonema irritado do presidente José Sarney, dando conta de sua insatisfação diante do voto de Ulysses a favor do requerimento da emenda da anistia. Esse, inclusive, seria um dos motivos para a suspensão dos trabalhos, que também foi pedida pelo líder do PTB, Gasthoney Righi, para dar continuidade às negociações sobre a ampliação da anistia aos militares punidos por atos administrativos pela "Revolução de 64".

A alegação de Gasthoney era a de que, conforme o regimento, após 4 horas de reunião seguida do Congresso Nacional, a Mesa diretora deve suspender a reunião e convocá-la para um novo horário.

Genoíno pede suspensão

O deputado José Genoíno (PT-SP) quase conseguiu suspender a sessão de ontem do Congresso Nacional, reunido para votar a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Ele apresentou artigo do regimento comum da Câmara e do Senado que prevê a necessidade do relator publicar, no Diário do Congresso Nacional, parecer sobre todas as subemendas apresentadas à Comissão Mista para uma proposta de emenda à Constituição. Isso não ocorreu. Apenas foi publicado o relatório e o voto em separado do substitutivo do deputado Flávio Bierrembach.

O presidente do Congresso Nacional, senador José Fragelli, teve que suspender a reunião por 30 minutos para analisar o regimento e encontrar uma saída para o requerimento do deputado petista. Por fim, considerou que as alegações de José Genoíno estavam prescritas — isto é, fora de prazo. Elas deveriam ter sido feitas ainda na reunião da Comissão Mista. O deputado alegou que ele não poderia fazê-lo uma vez que o Diário do Congresso relatando a reunião da Comissão ainda não havia sido publicado, quando da última reunião e, isso obviamente só poderia ser feito após a mesma.

Fragelli indeferiu o pedido de Genoíno alegando que todos os parlamentares presentes já conheciam o teor de todas as subemendas, e, por isso, estavam aptos a votar a matéria. O deputado Gerson Peres (PDS-PA), também de acordo com o regimento, pediu que fosse considerado recurso contra a decisão do presidente do Congresso. Este foi aceito e encaminhado à Constituição e Justiça, que deverá se pronunciar a respeito. Mas, sem resultado prático, uma vez que até lá a decisão de ontem do Congresso já terá sido publicado no Diário Oficial, e considerado legal para todos os fins.

Entre os pronunciamentos que foram apresentados, o deputado José Genoíno lamentou que a convocação da Constituinte não respeitasse o "leito do regimento". Por sua vez, o deputado José Eudes pelo Partido Socialista Brasileiro, chegou a denominar o processo de convocação da Constituinte de "prostituinte". Já o deputado Sebastião Nery, pelo Partido Socialista, defendeu a proposta da Constituinte-Congressual.

Uma coisa merece ser ressaltada. Em nenhum momento, chegou a ser feita a defesa da proposta de anistia apresentada pelo substitutivo do deputado Valmor Giavarina. Em sua ampla maioria, os parlamentares defenderam uma ampliação daquela que era concedida pela emenda constitucional do Governo.

Passado o momento de discussão e encaminhamento, começou a votação. Em primeiro lugar votou-se os pedidos de destaques — que significa votar em separado determinados pontos da matéria em discussão e das subemendas apresentadas. Os pedidos para esse procedimento chegaram a 43. Cada um deles era votado nominalmente pelos deputados presentes. O que significava um tempo de 40 minutos para cada votação. Somente após isso é que se poderia votar a proposta apresentada pelo deputado Valmor Giavarina.